

# Certificado

*Certificamos que NADIA DE LORENZI do Município de Fraiburgo concluiu e foi aprovado no Curso de Formação de Pregoeiro, habilitando-o especificamente para o exercício das atribuições de pregoeiro, realizado na cidade de Florianópolis/SC, nos dias 12 e 13 de setembro de 2013, totalizando 15 horas/aula.*

Florianópolis (SC), 13 de setembro de 2013.



**ALEXANDRE ALVES**

Diretor Geral

Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM



## CURSO FORMAÇÃO DE PREGOEIRO

Florianópolis – 12 e 13 de setembro de 2013.

Programação	
<b>Primeiro Dia</b>	
08h30 às 12h	<b>Pregão Presencial e Eletrônico</b> Conceito de Pregão; Cabimento do Pregão: bens e serviços comuns Pregão para serviços de engenharia e obras públicas Obrigatoriedade do Pregão; Agentes públicos envolvidos no pregão Pregoeiro: perfil, atribuições; Membros da equipe de apoio: perfil e atribuições; Autoridade competente: atribuições; Edital do Pregão Termo de Referência
13h30 às 17h30	<b>Sessão Pública do Pregão; Fase de credenciamento</b> Amostras e pré-qualificação de produtos; Etapa de Lances Habilitação; Benefícios para Pequenas Empresas (Lei Complementar nº 123/06); Recursos Administrativos; Adjudicação e Homologação Procedimentos especiais do Pregão Eletrônico Saneamento de processos licitatórios Contratos Administrativos decorrentes do Pregão Formalização Duração e Execução Aditivos quantitativos e qualitativos Revisão, reajuste e repactuação Rescisão Sanções Administrativas em Pregão
<b>Segundo Dia</b>	
08h30 às 12h	<b>Sistema de Registro de Preços (SRP)</b> Cabimento Licitação para SRP: Pregão ou Concorrência Edital de licitação para SRP Ata de Registro de Preços Prazo de validade da ata Reajuste de preços no SRP Aditivo quantitativo à Ata de Registro de Preços Contratos administrativos decorrentes do SRP

CURSO COM REGISTRO NO SISTEMA ON LINE DE EVENTOS DA EGEM: Nº. 918/2013.  
CARGA HORÁRIA DA CAPACITAÇÃO: 15 horas/aula – 45 MINUTOS CADA HORA/AULA.  
PALESTRANTE: Antônio Carlos Noronha

Certificamos que **NÁDIA DE LORENZI**, participou do(a)  
**CURSO DE FORMAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE PREGOEIROS; INCLUINDO O NOVO DECRETO FEDERAL Nº 10.024/2019 SOBRE O PREGÃO ELETRÔNICO** realizado em **Florianópolis**, iniciado no dia 26 de Fevereiro de 2020, totalizando 20 horas/aula.

*Florianópolis (SC), 23 de Março de 2020.*



**JULIO CESAR RONCONI**  
Presidente  
Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM

• **?Horário**

Das 8h30 às 17h30

1. **Modalidade Pregão**
2. Histórico do Pregão como Modalidade de Licitação;
3. Conflito com o § 8º da Lei nº 8.666/93
4. Posicionamento do TCU – Obrigatoriedade de se adotar o Pregão em Bens e Serviços comuns, especialmente na forma Eletrônica;
5. Diferenças entre a forma presencial e eletrônica: Comparando-se com outras modalidades de Licitação, quanto a vantajosidade nos aspectos celeridade, economicidade e praticidade;
6. Possibilidades e Vedações no Pregão;
7. Legislação aplicável (atualizadas);
8. Classificação de Bens e Serviços Comuns;
9. Edital do Pregão e suas fases;
10. Autoridade Superior: Atribuições, direitos e deveres;
11. Pregoeiro: Quem pode ser?;
12. Capacitação do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio;
13. Por quanto tempo o Pregoeiro pode ser nomeado para as funções?;
14. Atribuições e Responsabilidades do Pregoeiro;
15. Autoridade do Pregoeiro na Sessão Pública;
16. Equipe de Apoio no Pregão: Quem pode ser?

17. Atribuições e Responsabilidades da Equipe de Apoio;
18. A Publicidade no Pregão: quais canais de comunicação qual prazo mínimo;
19. Diferença das Fases Habilitatória e Classificatória no Pregão e nas outras Modalidades de Licitação;
20. Julgamento estritamente Objetivo, respeitando-se plenamente o Instrumento Convocatório;
21. A negociação com o Vencedor do Pregão: em que condições podem acontecer e os limites do Pregoeiro;
22. Tratamento diferenciado e simplificado para as Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte: quais os benefícios a elas no Pregão;
23. Diferença do Recurso Administrativo no Pregão e nas outras modalidades de licitação;
24. Adjudicação e Homologação no Pregão.

1. - **Pregão Presencial**
2. Quando adotar o Pregão Presencial;
3. Abrangência do Pregão Presencial;
4. Vedações do Pregão Presencial;
5. Conceito de Sessão Pública;
6. Designação do Pregoeiro e Equipe de Apoio;
7. Papel da Equipe de Apoio na Sessão do Pregão;
8. Requerente do Processo pode participar da Sessão Pública?;
9. Abertura da Sessão Pública;
10. Recebimento dos Envelopes: De que forma? Onde protocolar? Pode via Correios? Horário limite para o recebimento;



11. Fase do Credenciamento: Quais documentos indispensáveis? O que cobrar das empresas MEs e EPPs? Posso me credenciar para mais de uma empresa?;
12. Abertura dos Envelopes das Propostas Comerciais: O que aferir? Pode o Representante assinar a Proposta na Sessão Pública?;
13. Classificação das Propostas em ordem Crescente, e por item;
14. Abertura da Fase de Lances Verbais: Quem poderá oferecer Lance Verbal? Como proceder? Quantas rodadas de Lances Verbais? Lances de valor mínimo;
15. Pregão por Itens e por Lotes;
16. Encerramento da Fase de Lances Verbais e posicionamento do Pregoeiro;
17. Verificação do "Empate Ficto", de conformidade com os artigos 44 e 45 da LC 123/06;
18. Fase de Habilitação do Vencedor ou Vencedores: Como proceder? Posso abrir o Envelope de Habilitação antes do encerramento de todos os Itens? Quais Documentos analisar?
19. Encerramento da Fase Habilitatória, verificando se há caso em que se aplicarão os Artigos 42 e 43 da LC 123/06;
20. Momento do encerramento da Sessão Pública, verificando se os participantes presentes e credenciados desejam manifeste interesse, motivadamente, para Recurso Administrativo;
21. Encerramento da Sessão Pública, apresentando o resultado final da Licitação, com a devida assinatura em Ata de todos os presentes;
22. Adjudicação e Homologação: Quando se dará?;
23. Passo-a-Passo do Pregão Presencial;
24. A Inadimplência no Pregão e as Penalidades apontadas no Artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e no Artigo 28º do Decreto 5.450/05.

1. - **Pregão Eletrônico, novo Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019**
2. Quando adotar o Pregão Eletrônico?;
3. Justificar quando não adotar;
4. Os Sistemas de Pregão Eletrônico disponíveis no Brasil;
5. **Para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os Serviços Comuns de Engenharia;**
6. **Dispensa Eletrônica - A Compra Direta pelo Sistema Eletrônico;**
7. **Princípio do Desenvolvimento Sustentável (§ 1º do Art. 2º do Decreto 10.024/19);**
8. **Estudo Técnico Preliminar - O Planejamento da Contratação;**
9. **Estudo Técnico Preliminar;**
10. **SICAF;**
11. **Valor Estimado da Contratação em caráter Sigiloso, Quando?;**
12. **Planos de Capacitação e Atualização de Pregoeiros e Equipes de Apoio;**
13. O Edital de Pregão Eletrônico;
14. Publicidade do Pregão Eletrônico: **Exigência de Publicidade mínima do Edital apenas no Diário Oficial e no site da entidade promotora da Licitação;**
15. **Diferenças e prazos do Pedido de Esclarecimento e da Impugnação, conforme o novo Decreto 10.024/19;**
16. Cadastramento de Senhas para acesso ao sistema;
17. Credenciamento no Pregão Eletrônico: como proceder?
18. Como enviar a Proposta no Pregão Eletrônico;
19. **Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública;**

20. **Envio da Documentação como o novo Decreto 10.024/19 é no mesmo prazo da Proposta, e não mais no final da sessão pública;**
21. Abertura da Sessão Pública;
22. Classificação das Propostas pelo Pregoeiro no sistema eletrônico;
23. **O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital;**
24. Abertura da Sessão de Lances no sistema eletrônico;
25. **Modo de Disputa Aberto;**
26. **Modo de Disputa Aberto e Fechado;**
27. Tempo para envio de Lances Eletrônicos, em que momento?;
28. Horário de referência: Brasília-DF;
29. Sequencia dos Lances no sistema eletrônico;
30. Desconexão do Pregoeiro no sistema;
31. Fases do Julgamento dos Licitantes;
32. Impedimento de identificação dos licitantes participantes até o encerramento da fase de lances;
33. **Fase de negociação com o Vencedor;**
34. Verificação da Habilitação do Vencedor;
35. **A Participação de Consórcios;**
36. Ata da Sessão Pública;
37. Registro da Intensão de Recurso Administrativo;
38. **Impedimento de Licitar e Contratar;**



39. Adjudicação e Homologação da Licitação;
40. **Sistema de Dispensa Eletrônica, mesmo nos casos dos incisos III e seguintes, do Art. 24 da Lei nº 8.666/93;**
41. **A utilização do Sistema Eletrônico do Governo Federal pelos Estados e Municípios.**
42. - **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 206, DE 18 DE OUTUBRO DE 2019.**

1 - Estabelece os Prazos para os Estados e Municípios adotarem o Novo Pregão Eletrônico, especialmente quando tratar-se de repasse financeiro pelo Governo Federal.

---

Validador: G-NTM2MDg=